

RESENHA

REED, Isaac Ariail. On the Very Idea of Cultural Sociology. In: BENZECRY, Claudio E.; KRAUSE, Monika; REED, Isaac Ariail. **Social Theory Now**. Chicago: The University of Chicago Press, 2017. p. 18-41.

---

Letícia Tostes Vieira Bolckau<sup>1</sup>

Isaac Ariail Reed é professor de Sociologia na Universidade da Virgínia, Estados Unidos. Reed, além de ser co-autor da obra *Social Theory Now*, é reconhecido por outras obras, como *Agency, Power, Modernity: A Manifesto for Social Theory*, e *Power: Relational, Discursive, and Performative Dimensions*. Assim, denota-se seu interesse nas áreas de sociologia histórica e cultural, com foco nas complexidades do poder social e nas transições para a modernidade na sociedade americana.

Em conformidade com isso, o autor, ao elaborar o capítulo *On the Very Idea of Cultural Sociology* da referida obra, debruça-se sobre desafios enfrentados na definição e análise da cultura a partir da sociologia cultural, incluindo suas interações complexas com o comportamento humano e com a economia. Não obstante, ele divide seu argumento em cinco partes essenciais: 1. diferenciação entre cultura e economia; 2. mediação cultural: relação entre cultura e atores; 3. economia e cultura como sistemas?; 4. dicotomia entre cultura e indivíduo; 5. premissas da sociologia cultural.

Segundo Reed, embora haja debates metodológicos acerca da sociologia cultural, não existe consenso no que tange à definição, método ou teoria. Dessa forma, o estudo da área se centraliza na relação entre significado e sociedade, o que pode levar a confusões e interpretações equivocadas. Portanto, o autor propõe que se pense, em primeiro lugar, no que não é cultura para a comunidade científica do

---

<sup>1</sup> Mestranda em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF. Especialista em Direito Internacional e Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas (2022-2023). Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Candido Mendes - Campos/RJ (2018-2021). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2027747675899768>

campo da sociologia cultural, para fins de melhor compreensão de “a quais termos e seus significados o significado de cultura se opõe” (REED, 2017, p. 19, tradução nossa).

Assim, o autor traz à baila que cultura não é economia, destacando ser este o ponto essencial da teoria social, que se inicia em Karl Marx e Friedrich Engels, na obra “A Ideologia Alemã”. Postula, ainda, que há uma diferença não explicada entre os conceitos relacionados à cultura (crenças, filosofia, símbolos) e as ações práticas de fazer algo e trocá-lo por outra coisa.

Para entender o motivo pelo qual tal oposição conceitual é importante, deve-se levar em consideração, em primeiro lugar, os séculos de debate sobre a tensão entre retórica (persuasão) e motivo (incentivo). A habilidade de influenciar alguém por meio da comunicação e das ideias, sem coerção física, muitas vezes não está diretamente ligada aos benefícios percebidos por quem age.

Desse modo, ao buscar entender como grupos atribuem valor a bens e ações e como isso influencia os comportamento em sociedade, a sociologia cultural fortalece as teorias de dominação e desigualdades a partir de conceitos, como ideologia, hegemonia e violência simbólica.

Em segundo lugar, o autor ressalta a distinção entre trabalho mental e manual nas sociedades humanas, uma questão crucial para entender como as sociedades se organizam para atender às necessidades materiais de seus membros. Entretanto, reconhecer apenas a existência de imperativos e incentivos materiais não é suficiente para explicar a variação na produção, distribuição e consumo na vida social.

Há, dessa maneira, a necessidade de imergir em diferentes aspectos culturais, como cinema, música e religião, para que a percepção da economia também se altere. Assim, há o confronto com a intersecção entre significados, subjetividades e o trabalho mental envolvido em atribuir sentido ao mundo e às ações humanas dentro dele. Isso leva à contextualização do ato de troca de forma mais abrangente, tendo em vista que a sociologia cultural possui também o intuito de “examinar a relação entre significado e comércio, entre ideologia e interesse” (REED, 2017, p. 21, tradução nossa).

Ao prosseguir sua argumentação, Reed parte para a explanação de que cultura não é uma pessoa, todavia a vivência existe dentro de um contexto cultural. Isso envolve o raciocínio de que os idiomas, as ideias, as crenças ou mesmo a

culinária possuem respaldo em um mundo de significados ao redor de cada ser humano. Em conformidade com isso, a ação humana ocorre dentro de um mar semiótico.

No entanto, o conceito de mediação cultural é ainda debatido na sociologia. O autor cita Michel Foucault ao ilustrar que, segundo seus seguidores, as características individuais que emergem na cultura são moldadas por ela mesma. A partir dessa visão, a ideia de que a cultura “media” é considerada fraca, pois as essências do sujeito não existem de forma independente da influência cultural.

Em um próximo passo de sua argumentação, o autor discute a substituição das pessoas individuais por uma definição mais ampla de atores (organizações não governamentais, estados-nações, igrejas etc.), opondo-os à cultura também. Tais atores são mostrados como sujeitos ao seu contexto cultural.

Essa dinâmica entre cultura e atores apresenta paralelos com a relação entre atores e economia, dado que, na sociologia, o contexto econômico media certas intenções individuais, resultando em diferentes recompensas individuais em diferentes sistemas econômicos. Por exemplo, no sistema capitalista, quanto mais o indivíduo produzir, mais ele será recompensado e valorizado.

Essa reflexão sugere que a base fundamental para pensar sobre cultura na sociologia é estabelecida por um triângulo entre economia, pessoas e cultura, evidenciado em diversas teorias sociais que destacam a interação entre estrutura, ação e cultura, por exemplo.

Segundo Reed, a cultura e os sistemas econômicos diferem fundamentalmente em sua abordagem epistemológica, levando à sua dissociação na interpretação analítica. Enquanto as transações econômicas são facilmente agregadas e quantificadas devido à sua natureza externa e reveladora, a cultura é frequentemente associada a elementos internos e subjetivos, como crenças e mitos, tornando sua compreensão mais complexa e resistente à abstração. Isso leva a uma abordagem mais detalhada e contextualizada na análise cultural, em que a interpretação dos significados subjacentes em gestos e escolhas é essencial para compreender a dinâmica social e cultural.

No entanto, a luta contínua para interpretar o significado muitas vezes desafia os níveis de abstração típicos das disciplinas impulsionadas matematicamente, como a economia. Essa resistência à abstração é relativa devido

à influência do que se chama de “contexto cultural”, que varia em função do tempo e do espaço em análise.

O autor ressalta que tentativas de tratar a economia mais como cultura, e vice-versa, têm sido realizadas por estudiosos como Karl Polanyi, Clifford Geertz, Richard Biernacki e Viviana Zelizer, revelando os significados subjacentes às trocas econômicas e destacando a importância de não simplificar a troca como algo sem sentido na ciência social.

Ademais, o autor questiona o que significa dizer que o “compartilhamento” da cultura é desigual. Essa desigualdade pode ser compreendida como uma disparidade na capacidade de influenciar e moldar significados culturais, o que reflete relações de poder subjacentes. Ao examinar essa questão através de uma lente hermenêutica, percebe-se que as interpretações hegemônicas, alternativas, residuais e reativas dos símbolos culturais comuns destacam a complexidade e a contingência na atribuição de significado.

Neste diapasão, cabe citar Bourdieu (2007), que traz em sua obra a noção de habitus/Teoria do habitus. Tal conceito se caracteriza como um conjunto de disposições incorporadas pelos indivíduos por meio de experiências sociais. Desse modo, o habitus molda a percepção, o comportamento e a ação das pessoas, influenciando suas escolhas e estratégias de maneira inconsciente.

Logo, a noção do que é “comer bem”, “vestir uma boa roupa”, ou “ouvir uma boa música” é socialmente construída, a partir das condições sociais, econômicas e culturais em que o indivíduo está inserido. Essas disposições influenciam as escolhas, preferências e práticas culturais dos indivíduos, reproduzindo as hierarquias sociais.

Em seguida, ao perguntar o que atribuímos às pessoas e o que atribuímos à cultura, Reed pretende expor a dicotomia entre cultura e indivíduo como uma questão crucial, evidenciando as hesitações em atribuir à cultura predicados que comumente são reservados para mentes individuais.

Enquanto se resiste em culpar a cultura por ações violentas, teme-se atribuir intenções culturais, como se isso implicasse em atribuir tais intenções a todas as pessoas dentro dessa cultura. Essa tensão se estende até a sociologia, onde a cultura é vista como o contexto de ação, todavia raramente como agente ativo. A dificuldade em equilibrar essas atribuições se faz evidente nos debates sobre como

a cultura influencia e delimita as ações individuais, destacando a interação entre estrutura e agência.

De acordo com o autor, os debates sobre a ontologia da cultura têm sido frequentemente iniciados com discussões sobre emergência e níveis de análise, nas quais os realistas críticos procuram explicar a cultura como uma entidade que emerge das ações individuais.

Esse enfoque desloca o problema da estrutura social para a cultura, concebendo-a como uma entidade com existência própria que influencia ou restringe as pessoas. No entanto, essa abordagem pode se apresentar problemática, pois se aproxima demais da dificuldade interminável de definir a cultura em si.

Em contrapartida, a abordagem mais pragmática seguida pelo autor busca entender o que acontece quando se refere à cultura em explicações sociológicas, delineando importantes vetores para a sociologia cultural e reconhecendo os elementos ocultos que compõem a cultura e exigem interpretação.

Ao considerar a cultura como simultaneamente interna e externa às mentes individuais, surge a proposta de vê-la como uma formação cultural composta por interpretações contestadas e modulantes. Conforme o exemplo fornecido pelo autor, o significado de “justiça” em uma sociedade é construído a partir de sinais, ações e pensamentos relacionados à justiça, cuja inter-relação é fundamental para compreender seu significado.

Dessa maneira, até este ponto, ao considerar a cultura, o autor sugeriu duas coisas: primeiro, distingue-se a cultura da economia e dos atores; segundo, utiliza-se a cultura nas análises atribuindo-lhe tendências e significados ligeiramente diferentes dos aplicados às economias ou às pessoas, ressaltando as diferenças de significado como consequências para a vida social.

Assim, Reed parte para o exemplo histórico do Cometa Halley, observado em 1682 na Colônia da Baía de Massachusetts. Ele oferece uma lente interessante para examinar as implicações da cultura na análise sociológica, levando em consideração que a interpretação divergente desse evento por Thomas Brattle e Increase Mather reflete suas diferentes perspectivas culturais e mundanas.

Enquanto Brattle, inserido em um contexto mais tolerante e influenciado pelo Iluminismo Atlântico, enviou suas observações para Isaac Newton, Mather, representante de uma visão mais rígida do puritanismo, elaborou um tratado interpretativo considerando os cometas como sinais divinos de julgamento. Tal

divergência não apenas ilustra a influência da cultura nas interpretações individuais, mas também levanta questões sobre a importância relativa das diferenças culturais em relação a outros fatores na análise sociológica.

Nesse contexto, embora o exemplo do Cometa Halley e as interpretações de Brattle e Mather possam ser considerados uma explicação “local” e historicamente específica, eles demonstram a essência da sociologia cultural ao enfatizar a relevância das diferenças culturais na compreensão da realidade social.

Prosseguindo a outro ponto fundamental de sua argumentação, o autor trata do que ele intitula como “o cerne da questão”, o qual reside na maneira como as pessoas são influenciadas e moldadas pela cultura, pelo mundo de significados em que estão imersas. Essa influência cultural afeta as interpretações e ações individuais no mundo, dando origem a resultados específicos. Contudo, esse processo de interpretação cultural envolve inferências sobre significados invisíveis, o que pode desafiar abordagens mais positivistas da sociologia, que seguem estritamente um método dedutivo derivado de uma teoria hipergeral.

Finalmente, Reed nota que neste momento é possível enxergar, de maneira mais nítida, as três premissas básicas da sociologia cultural. Primeiramente, a identificação das diversas cadeias causais que explicam as diferenças humanas. Com isso, busca-se identificar um conjunto específico de causas (chamado de “cultura”) relacionadas ao ambiente simbólico dos indivíduos, separado de suas preferências reveladas, como interesses pessoais, e conectado ao mundo do trabalho e da troca.

A segunda premissa é a de que compreender as causas culturais requer a interpretação de significados, uma questão metodológica em seu sentido mais amplo. O autor revela, ainda, que há uma controvérsia não resolvida na área acerca do quão abstratas essas interpretações devem ser, dada pela discussão sobre a utilidade variável de diferentes técnicas de pesquisa. No entanto, independentemente do nível de abstração preferido, a interpretação é fundamental, especialmente para situar a ciência social como parte das ciências humanas.

A terceira premissa discutida é que o alcance temporal-espacial relevante para um conjunto interligado de significados depende tanto da questão explicativa em pauta quanto da disseminação desses significados na realidade social. Portanto, isso implica que a sociologia cultural não se limita a níveis de análise pré-definidos, pois há uma variedade de escopos de correntes semióticas, campos simbólicos de

diferentes tamanhos e narrativas percebidas com diversas intensidades como fundamentais para diferentes grupos de pessoas.

Em concordância com o raciocínio proposto, a sociologia cultural deve se utilizar da interpretação cultural como alicerce para compreender os fenômenos sociais e históricos. Entretanto, gostaria de que o autor tivesse se dedicado mais à explanação acerca da existente resistência em reconhecer sistemas culturais sobrepostos e embutidos uns aos outros.

Ainda, quando o autor trouxe à tona a reflexão acerca da desigualdade no compartilhamento da cultura (ou do que é considerado cultura para determinada sociedade em determinado tempo e espaço), recordei-me do pensamento de Bourdieu sobre a Teoria do Habitus e de como esse habitus molda a noção que o indivíduo possui sobre cultura, perpetuando desigualdades como parte de uma violência simbólica.

Diante das reflexões trazidas pela leitura, pode-se perceber que a sociologia cultural como sociologia das desigualdades sociais emerge como uma possibilidade de refletir acerca de realidades empíricas diversas, que vão desde ações de contestação e engajamento dos atores - cujos resultados dependem da correlação de forças em redes de poder -, até processos de migração territorial ou adequação a novos ambientes de trabalho, escolares, entre outros.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

REED, Isaac Ariail. On the Very Idea of Cultural Sociology. *In*: BENZECRY, Claudio E.; KRAUSE, Monika; REED, Isaac Ariail. **Social Theory Now**. Chicago: The University of Chicago Press, 2017. p. 18-41.